



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

**PARECER:** 0110/2015–ML

**ASSUNTO:** AUDITORIA DE REGULARIDADE

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 23.435/2013

**EMENTA:** AUDITORIA DE REGULARIDADE. ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES. SERVIDORES ATIVOS. AUXÍLIO CRECHE E ALIMENTAÇÃO. DUBLICIDADE NO RECEBIMENTO. DEVOLUÇÃO. NECESSIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO STF. APOSENTADOS. PENSIONISTAS. UTILIZAÇÃO DE BASE DE DADOS. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELAS JURISDICIONADAS PARA EVITAR DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO. DECISÃO Nº 1.063/2014. CUMPRIMENTO PARCIAL. UNIDADE TÉCNICA SUGERE A REITERAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES, COM ALERTA. ART. 57, IV, DA LC Nº 1/1994. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Trata o presente feito da auditoria de regularidade constante do Plano Geral de Ação desta c. **Corte de Contas** para o exercício de 2013, aprovado nos termos da r. Decisão nº 96/2012, nos autos do Processo nº 28.335/2012, realizada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal no exercício de 2013.
2. A referida auditoria consistiu na **verificação das acumulações de cargos, empregos e funções** dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Administração direta e indireta do Distrito Federal, sob os aspectos da legalidade e da regularidade. Cumprir esclarecer que o escopo da fiscalização **não abrangeu** as situações das **Secretarias de Educação e de Saúde do Distrito Federal – SEE/DF e SES/DF**, cujos trabalhos foram desenvolvidos no âmbito dos processos nº 29.581/2013 e 29.590/2013, respectivamente e também **não alcançou** as informações funcionais de servidores, empregados e pensionistas do **TCDF, da CLDF, da CEB, da CAESB, da TERRACAP e do BRB**, haja vista o não acesso direto às respectivas bases de dados.
3. O objetivo era averiguar a **legalidade** das acumulações de cargos dos servidores do Distrito Federal, bem como os procedimentos adotados pelas jurisdições a fim de evitar situações em **desconformidade** com a legislação de regência. Os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria nº 9/2013 (fls. 117/143), a partir do detalhamento constante das tabelas I (situações regularizadas anteriormente à auditoria – fls. 55/82), II (situações regularizadas durante a auditoria – fls. 83/95) e III (situações ainda não regularizadas – fls. 96/116).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

4. Desta feita, a Divisão de Fiscalização de Pessoal, por meio do documento de fls. 760/778, registrou que, a teor da r. Decisão nº 1.063/2014 (fl. 172), por meio da qual a e. **Corte de Contas** autorizou o envio de cópia do mencionado Relatório de Auditoria para manifestação das jurisdicionadas relacionadas na tabela III e também à Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS, à SEE/DF, à SES/DF e aos Comandantes da PMDF e do CBMDF, no prazo de 30 dias, foram emitidos os Ofícios 2.021/2014-GP a 2.025/2014-GP, 2.052/2014-GP a 2.068/2014-GP e 2.359/2014-GP (fls. 173/195).

5. A essa determinação, informou: “*As manifestações dos vários jurisdicionados constam dos documentos de fls. 196/277, 326/433, 442/588, 615/618, 645/655, 659/675 e 685/825.*” (Fl. 760).

6. Nesse sentido, após exame da documentação remetida pelos órgãos, o Corpo Instrutivo consignou que, para atendimento ao contido na Nota de Auditoria nº 34 (fls. 1.315/1.328 – anexo), a **PMDF**, por intermédio do Ofício nº 2.833/SPP (fl. 196), encaminhou a documentação relativa ao Terceiro Sargento **Aldo Antônio Borotto**, matrícula nº 1915-1, por meio da qual foi possível constatar que o militar foi para a reserva por força do Decreto de 30/8/1979 (fl. 197), cujo ato foi considerado legal, consoante Ofício nº 243/1981 do c. **TCDF** (fl. 198).

7. Ainda no tocante à situação funcional do referido servidor, acrescentou que a Corporação encaminhou cópia do Ofício nº 5.593/2011/CGRH/SAAD/SE-MT (fl. 199), no qual o Ministério dos Transportes solicitou informações sobre a legitimidade da sua situação funcional na PMDF, diante de apuração feita pela Controladoria-Geral da União de exercício cumulativo da função militar com a de Técnico de Nível Superior naquele órgão federal. A esse respeito, pontuou, a PMDF noticiou àquele Ministério sobre a reforma e a deliberação da e. **Corte de Contas** do Distrito Federal, sem, contudo, pronunciar-se sobre a acumulação de cargos pelo interessado.

8. Quanto às demais pendências sobre cumulação de cargos relacionada na NA nº 34, bem assim sobre a situação de **Adriano João de Araújo** que acumula, de forma irregular, o posto de Cabo com o de Atendente de Reintegração Social na Secretaria de Criança, consignou que a PMDF **nada informou**.

9. De outro lado, registrou que a Corporação colacionou a estes autos, às fls. 678/684, cópias extraídas do Processo nº 29.867/2013, que cuida de Auditoria de Regularidade levada a efeito na jurisdicionada, com o objetivo de verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos militares inativos e pensionistas, na forma do item I da r. Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007. Tais peças tratam da percepção de auxílio-alimentação em outro órgão público juntamente com a etapa-alimentação na Corporação, o que **carece de permissivo legal**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

10. Nesse sentido, destacou, naquela auditoria houve a opção por um dos benefícios na maioria dos casos de recebimento em duplicidade apurados, **restando onze situações pendentes**, dentre as quais, cinco também tiveram a acumulação de cargos questionada no procedimento em exame nestes autos. São eles: o Primeiro Sargento **Amauri Ferreira de Sousa**, matrícula nº 10089-7, o Terceiro Sargento **Antônio Haroldo Camelo da Silva**, matrícula nº 21045-5, o Cabo **Clayton Feliciano Rolim**, matrícula nº 72522-6, o Terceiro Sargento **Petrônio Leôncio de Souza Leal**, matrícula nº 18899-9, e o Primeiro Sargento **Rivaldo Plínio dos Santos**, matrícula nº 9121-9. Dessa forma, concluiu o Corpo Instrutivo, além da acumulação de cargos, para os militares ora relacionados, impõe-se a regularização da duplicidade na percepção daqueles auxílios.

11. Em sequência às explanações, a Área Técnica pontuou que a **Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF**, instada a justificar a situação do servidor aposentado **Otávio José da Silva**, que percebe proventos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV e salário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos da NA nº 42 (fls. 1.438/1.439 – anexo), enviou cópia do resultado do Processo Administrativo Disciplinar nº 20100.008684/2013-91, autuado no MAPA (fls. 204/209), o qual perdeu o objeto tendo em vista a opção do servidor pelo cargo na SEF/DF e o seu **desligamento do Ministério**, o que levou a Unidade Técnica considerar a irregularidade **sanada**, conforme lançamento constante da tabela II (fl. 94).

12. Ademais, consignou que, por meio dos Memorandos nºs 177/2014 - UCI/SEF (fls. 276/277) e 72/2014 – DIGEP/SUAG/SEF (fls. 327/328), estão sintetizadas as informações mais importantes sobre as acumulações **ainda não regularizadas** por aquela jurisdição, dentre as quais, destacou a do servidor **Francisco de Assis Pires**, matrícula nº 32398-5 que, notificado para optar por um dos cargos que ocupava - um na SEF/DF e outro na Prefeitura de Goiânia - (fl. 329), **escolheu o de Auditor Fiscal da Receita do DF** (fl. 330) em detrimento do outro, cujo desligamento foi efetivado por meio do Decreto municipal nº 5.027/2013, juntado à fl. 726.

13. O mesmo desfecho não teve a situação de acumulação do servidor **Marco Vinicius Pereira Carvalho**, matrícula nº 92148-3, para a qual foi autuado o Processo nº 040.004.282/2013, na forma noticiada no expediente de fl. 327. Notificado para a opção entre o cargo ocupado na SEF/DF, do qual se encontra afastado por motivo de licença para acompanhar cônjuge, e o cargo em comissão que exerce na Prefeitura Municipal de Taió/SC, informou o Corpo Instrutivo, protocolou o Requerimento nº 1303/2013 (fls. 335/343), no qual, pelas razões e fundamentos que expôs, se **negou a fazer a opção** por um dos cargos.

14. Diante disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas da SEF/DF sugeriu o envio do tema à Assessoria Jurídico-Legislativa do órgão, a qual, por sua vez, firmando seu **entendimento desfavorável aos argumentos trazidos pelo servidor**, sugeriu a remessa dos autos à d. Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF para análise e manifestação, o que ocorreu com a emissão do Parecer nº 355/2013 – PROPES/PGDF (fls. 362/373). Na referida



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

peça técnica, a PGDF concluiu pela **impossibilidade da acumulação** dos cargos em comento, ao tempo em que pugnou para que o servidor manifestasse a opção por um deles, no prazo improrrogável de 10 dias, sob pena de instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata da situação.

15. Nesse sentido, noticiou a Divisão de Fiscalização de Pessoal, apesar da ciência do servidor sobre o pronunciamento da PGDF, por meio da Carta nº 1/2014 – NUCAT/GEPAT/DIGEP/SUAG/SEF (fl. 375), não constatou a regularização dos fatos (fl. 763).

16. No tocante aos apontamentos feitos sobre o **CBMDF**, especificamente os relativos às irregularidades apontadas na Nota de Auditoria nº 47 – Anexos I e II (fls. 1.507/1.510), isto é, recebimento de auxílio-alimentação em outro vínculo e acumulação indevida de cargos, consignou que os militares envolvidos foram convocados para tomar ciência dos termos daquela NA, do que decorreu o seguinte:

*“22. Optaram pelo benefício da Corporação, requereram a suspensão do pagamento de Auxílio-Alimentação e/ou apresentaram declarações do outro órgão nesse sentido, os militares listados no quadro seguinte:*

Nº	Mat. Nº	Nome	Documentos comprobatórios (fls.)
1	160777-3	Ana Carolina de Carvalho Fonseca	232*, 233** e 235***
2	166704-8	Daniel de Carvalho Friedman	224*, 225*** e 226**
3	176120-7	Daniele Cidade Castelo Branco Rodrigues	245* e 246***
4	191997-5	Danielle Oshiro Afonso de Almeida	236* 237**
5	140124-6	Francisco das Chagas Pontes Rodrigues	262*, 263**, 461* e 462**
6	149103-5	Janine Silva Pires	230* e 231**
7	140089-9	José Soares de Freitas	258*, 259**, 457* e 458**
8	140111-8	Luiz Carlos Freitas da Conceição	260*, 261**, 459* e 460**
9	190949-6	Renata Oliveira Camara Brandão de Souza	238* e 239***
10	193377-9	Samille Ferreira Souto Mourão Bonfim	249*, 251** e 252**
11	190952-8	Vinicius Leite Pimentel	247* e 248***

\* Notificação a militar/Opção de recebimento do Auxílio-Alimentação.

\*\* Requerimento de suspensão de pagamento do Auxílio-Alimentação.

\*\*\* Declaração do outro órgão que houve a suspensão do pagamento do Auxílio-Alimentação

23. O soldado Elmo Vinicius Mattioli Correa, mat. nº 192011-7, acumulava o exercício do cargo de professor na Secretaria de Estado de Educação – SE com a atividade militar (fl. 112). Quanto ao Auxílio-Alimentação, ele foi notificado da irregularidade, tendo optado pelo benefício da corporação militar (fl. 240) e requerido o cancelamento do da Secretaria (fl. 241). A acumulação em tela foi tida irregular e o interessado solicitou a exoneração do cargo de Professor de Educação Básica (fls. 264, 730 e 731).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

24. O 1º tenente Felipe Dias Maciel Diniz, matr. nº 171271-5, além do Auxílio-Alimentação, recebia também a vantagem assistência pré-escolar concomitantemente com o auxílio-creche/pré-escolar na Secretaria de Saúde - SES. Notificado, optou pelos benefícios do Corpo de Bombeiros (fl. 227) e requereu o cancelamento dos dois auxílios na secretaria (fls. 228/229).

25. O 2º tenente Jordano Pereira Araújo, mat. nº 121745-0, não respondeu à convocação e teve o auxílio suspenso na corporação a partir de dezembro de 2013, consoante publicação no BG nº 232, de 05 de dezembro de 2013 (fls. 216, 220 e 586). Ele ainda recebe essa vantagem na Secretaria de Saúde (fl. 732), mas não na corporação (fl. 733).

26. O soldado Luciano da Silva Alves, mat. nº 192146-3, era também titular do cargo de Técnico de Atividade do Hemocentro, onde percebia auxílio alimentação. Essa acumulação não encontra amparo nas exceções previstas na Constituição Federal e foi questionada (fl. 1550 – anexo e 267). Assim, ele foi notificado sobre a irregularidade no recebimento do auxílio nos dois vínculos e optou pelo do Corpo de Bombeiros (fl. 243). Além disso, solicitou a exoneração da Fundação Hemocentro de Brasília (fls. 215 e 244) e o desligamento foi efetivado a contar de 02.12.2013 (fls. 734/735). Dessa forma, sua situação restou regularizada. Faltou apenas atualizar a informação no SIGRH quanto à publicação no DODF.

27. O 2º tenente Marcelo Serejo Machado, mat. nº 190947-4, optou pelo auxílio alimentação percebido no TJDF (fls. 215 e 242), deixando de receber a parcela no CBMDF. Foram apurados os valores indevidamente recebidos na corporação (fl. 584) e os descontos iniciaram-se em abril de 2014 (fl. 585).

28. O capitão Marcelo de Sousa Melo, mat. nº 166712-8, já fora notificado da impropriedade e feito a opção pelo benefício militar em 08.11.2012 (fl. 254). Havia apresentado cópia do requerimento feito à SES em 2012 (fl. 1545 – anexo e 255), mas continuou recebendo naquela Secretaria apenas com mudança na rubrica e só deixou de receber em maio de 2014 (fl. 1552 – anexo). No sentido de evitar situações similares foi proposta a recomendação da alínea 'c' do inciso V (fl. 141).

29. Em consulta ao SIGRH, confirmou-se a suspensão do pagamento da vantagem dos demais casos nas secretarias.

30. No que tange ao ressarcimento dos valores recebidos em duplicidade, de acordo com o relatório no Ofício nº 0115/2014 – DIGEP (fls. 568/569), foram encaminhados os Processos Administrativos nos 053.000083/2013, 053.000015/2014 e 053.000016/2014 (fls. 578, 580 e 583), contendo a documentação referente à opção feita por esses interessados, para as Secretarias de Estado de Saúde – SES e de Educação – SE e, alertando-as sobre o ressarcimento dos valores recebidos em duplicidade, que deveriam ser providenciados por elas, uma vez que os interessados optaram pelo benefício no CBMDF. Em consulta ao SICOP, não foi possível atualizar





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*o andamento daqueles procedimentos, pois naquele sistema as informações estão incompletas (fl. 736/738).*

*31. Em levantamento no SIGRH, constataram-se descontos a título de devolução de Auxílio-Alimentação apenas nos vencimentos de Daniel de Carvalho Friedman, mat. nº 1441480-5 (SES), de dezembro de 2013 a junho de 2014 (fl. 739), e Samille Ferreira Souto Mourão Bonfim, mat. nº 223467-X (SE), a partir de setembro de 2014 (fl. 740).*

*32. No Ofício nº 03/2014 – CPPADACE (fl. 264) são apresentados os resultados obtidos nos casos de acumulação listados no anexo I da Nota de Auditoria nº 47 - 23.435/2013 (fls. 1549/1550 – anexo) e considerados irregulares (§ 39, alínea 'b', e 64, item IV, alínea 'a' do Relatório de auditoria nº 9/2013 – fls. 131 e 139/140).*

*33. Como decorrido nos §§ 23 e 26 desta informação, os soldados Elmo Vinícius Mattioli Corrêa e Luciano da Silva Alves se exoneraram dos outros cargos e regularizaram sua situação.*

*34. O soldado Guilherme Martins Rodrigues, mat. nº 191018-8, ingressou em juízo (Processo nº 2013.01.1183814-0/TJDFT) e mediante antecipação de tutela teve suspensa a determinação de optar por um dos cargos, o que foi confirmado na sentença (fl. 741), mas foi objeto de recurso, o qual foi recebido apenas no efeito devolutivo (fl. 742) e se encontra concluso ao relator (fl. 743). Sem embargo, é de cautela se aguardar o deslinde da ação judicial para ulteriores providências.*

*35. Ainda em relação à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, o Ofício nº 07/2014 – CPPADACE (fls. 451 e 493) noticia que, 'foi acordado o estabelecimento de um TERMO DE COOPERAÇÃO' com a Secretaria de Transparência e Controle - STC 'para o cruzamento de dados dos servidores do CBMDF e a base de dados daquele setorial, a cada semestre.' Tão logo formalizado o ato seria implementado maior rigor na fiscalização dessa matéria em relação ao militares daquele órgão. Foi solicitada a aquiescência do titular da STC para a formalização do acordo no Ofício nº 09/2014 – CPPADACE (fl. 494), mas não foi juntado documento comprobatório da efetivação do ajuste.*

*36. Desse modo, deve-se perquirir novamente à Corporação acerca da regularização das demais acumulações consideradas preliminarmente pendentes (fls. 110/113), à exceção dos mencionados nos §§ 33 e 34, haja vista que, em consulta aos sistemas SIAPE e SIGRH, ainda constam os mesmos vínculos apurados.(...)" (Fls. 763/766).*

17. Na sequência, a Unidade Técnica registrou os procedimentos adotados, visando à regularização dos achados de auditoria, pelas seguintes jurisdicionadas: **Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, Departamento de Trânsito do DF – DETRAN, Companhia de Planejamento do DF – CODEPLAN, Transporte Urbano do DF - DFTRANS e AGEFIS**, itens 40 a 53 da instrução (fls. 767/769).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

18. Nesse sentido, pontuou, a **SEPLAN**, por intermédio do Ofício nº 352/2014 – GAB/SEPLAN (fl. 268) demonstrou a **regularização** da acumulação indevida dos cargos de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na SEPLAN com o de Escrivã de Cartório do e. **Tribunal de Justiça da Bahia**, pela servidora **Silvana Gonçalves dos Reis Moreira**, constante da tabela III (fl. 104), objeto da NA nº 13 (fl. 824/825), mediante o envio de cópia do ato de exoneração do cargo efetivo que a servidora exercia na então SEPLAN, conforme publicação no DODF nº 99, de 20/5/2014 (fl. 467).

19. Sobre os procedimentos adotados pelo **DETRAN**, asseverou que **foram regularizadas as acumulações de cargos dos servidores Aldo Pacífico da Rocha Júnior**, matrícula nº 66975-X e **José Aparecido Jorge**, matrícula nº 78424-9, os quais, notificados da irregularidade, pleitearam a exoneração daquela Autarquia, conforme atos publicados no DODF nº 156, de 1º/8/2014 (fls. 744/745).

20. Ademais, noticiou, foi constatado que desde agosto de 2014 (fl. 749) estão sendo descontados valores da remuneração do servidor **Luis Gustavo Viana Santos**, matrícula nº 250315-8, a título de **devolução de vencimento da função**, tendo em vista que, cedido pelo DETRAN à então Secretaria de Estado de Governo, recebia integralmente o cargo comissionado juntamente com a percepção de remuneração de emprego público, ao **arrepio** do que dispõe o art. 77, § 2º, da Lei Complementar nº 840/2011.

21. Consignou mais, que a **CODEPLAN** **comprovou a regularização** da acumulação ilícita de cargos da empregada **Nilza Costa Silva**, matrícula nº 696-3, também Professora na SEE/DF, conforme apontamento constante da tabela III (fl. 102). O documento juntado à fl. 449 demonstra seu **pedido de demissão do emprego de digitador na Companhia**, ao tempo em que noticia sobre o trâmite de ação judicial intentada por ela no Juizado Especial da Fazenda Pública do DF, Processo nº 2014.01.1.043745-7. Sobre a demanda, por meio dos documentos de fls. 752/755, a Área Técnica certificou o resultado **desfavorável à interessada**, com o trânsito em julgado da sentença em 10/9/2014.

22. Igualmente, continuou, o **DFTRANS** encaminhou as informações e os documentos concernentes à **regularização dos casos de acumulação ilícita** verificados na Autarquia, os relativos aos servidores **Luzenir Campos da Silva**, matrícula nº 264097-X, e **Valdenor Moreira de Lima**, matrícula nº 264015-5, que solicitaram o desligamento de seus outros cargos, a teor dos documentos de fls. 474 e 483/485.

23. Com relação à irregularidade na acumulação de cargos de **José Roberto Mendes Pacheco**, Fiscal de Atividades de Limpeza Urbana na **AGEFIS** com o de Enfermeiro na SES/DF, na forma apontada na tabela III, fl. 109, informou o Corpo Instrutivo “*consoante Ofício nº 861/2014 GAB/AGEFIS (fl. 486), verificou-se que o assunto era apurado em sede de Processo Administrativo Disciplinar nos autos do processo nº 490.000095/2013, em fase final de instrução, com a elaboração da peça indiciária para ulterior intimação para que o*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*interessado apresente defesa escrita.” E, mais, “Ainda não ocorreu o deslinde da apuração (fl. 758).” (Fl. 769).*

24. Em outro giro, discorreu sobre as justificativas apresentadas pela **SEE/DF**, convocada à atuação conjunta com a então **Secretaria de Estado de Administração Pública do DF – SEAP** para a adoção das providências necessárias ao ressarcimento ao Erário dos valores recebidos indevidamente pelo servidor **Wilmar Lacerda**, que até setembro de 2013 percebeu **tripla remuneração** decorrente da acumulação dos cargos efetivos de Técnico da Embrapa, de Professor da SEE/DF e de Secretário de Estado de Administração Pública desde 10/2/2011 (tabela III, fl. 97), até a data da regularização da sua situação, em conformidade com o r. **Decisum** nº 2.975/2008, observados o contraditório e a ampla defesa.

25. Nesse sentido, registrou:

*“54. A Secretaria de Educação – SE, no Ofício nº 1352/2014 – GAB/SE (fl. 659), noticia suas considerações sobre o Relatório de Auditoria nº 9/2013. Ressalta que os trabalhos concernentes a acumulações de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores dos seus quadros é objeto de auditoria específica do Tribunal (Processo nº 29581/2013). Destaca que a providência constante da alínea ‘f’ do item 4 - Proposições (fl. 141), no sentido da atuação conjunta da SE com a SEAP para fins de ressarcimento do indevidamente recebido em face à situação irregular do servidor Wilmar Lacerda, seria tratada no Processo GDF nº 080.002718/2012, o qual versa sobre a cessão dele à SEAP. Os aludidos autos foram enviados àquela Secretaria de Administração (fl. 660) para manifestação prévia do interessado.*

*55. As contrarrazões da Secretaria de Administração Pública sobre este caso (fls. 663/674) foram conhecidas e consideradas pertinentes pela Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação – SUGEPE, de acordo com o Ofício nº 1508/2014 – GAB/SE (fl. 662).*

*56. Em apertada síntese, defende a SEAP que a Decisão nº 2975/2008 alcança especificamente ‘o servidor efetivo ocupante de cargo em comissão submetido ao regime jurídico do servidor distrital ... e não aquele agente político.’ Ela ‘exige o afastamento nas circunstâncias ali estabelecidas, do servidor ocupante de dois cargos efetivos que venha a titularizar cargo em comissão, e não cargo de natureza política’ e não ‘permite compreender que o agente político nele investido esteja aí incluído.’ Entender que a indigitada deliberação alcança o cargo de natureza política configuraria mudança de rumo interpretativa e, portanto, seus efeitos somente poderiam ser considerados a partir da Decisão nº 1063/2014, onde a matéria foi questionada. Dessa forma, o recebido no intervalo entre as duas decisões foi de boa-fé e com base em interpretação do pronunciamento do TCDF, o que dispensaria o ressarcimento ao erário, a teor do art. 120, parágrafo único, da LC nº 840/2011.*

*57. Além disso, argumenta que mesmo aceita a irregularidade no recebimento da remuneração de professor, vasta jurisprudência das Cortes Judiciais é no sentido de que a percepção de boa-fé, ainda que ao arrepio da lei, aliada a natureza alimentar*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*dos valores percebidos constitui óbice ao ressarcimento (fls.667/671). Nessa mesma linha, o entendimento do TCU (Súmula nº 235), da Advocacia Geral da União (Súmula nº 34 e Parecer nº 114/96) e de precedente da Casa, transcritos às fls. 671/673.*

*58. Ademais, salienta que o comportamento estribado na boa-fé 'traz em si o que teorias jurídicas ditas modernas realçam como o princípio da segurança jurídica, ou da proteção à confiança'. Reitera que não se poderia 'apenas privilegiar a estrita legalidade da lei, ... , deixando de respeitar o princípio da boa-fé, especialmente se tratando de restituição de verbas de natureza alimentar.'*

*59. Conclui, face às razões apresentadas, pela necessidade de rever a entendimento da Corte de impor a devolução do recebido pelo servidor em decorrência de erro administrativo ou de má interpretação da lei por parte da Administração." (Fls. 769/770).*

26. Refutando os argumentos trazidos pela então SEAP, ora transcritos, o Corpo Instrutivo confirmou seu entendimento consignado no Relatório de Auditoria nº 9/2013, decorrente dos Achados de Auditoria da Questão de Auditoria nº 2, formulada para identificar se *"As jurisdicionadas vêm cumprindo a Decisão nº 2.975/2008 e o artigo 156 da LC nº 840/2011, nos casos dos servidores que acumulam dois cargos efetivos ou empregos públicos lícitamente e um cargo ou emprego comissionado?"* (Fl. 132).

27. Dessa forma, aduziu, **in verbis**:

*"60. O ressarcimento do indevidamente recebido é matéria consubstanciada no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, segundo o qual a dispensa da restituição do indébito ocorre 'na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento.'*

*61. Vê-se que o critério norteador da dispensa da devolução de valores é a natureza da impropriedade. Se decorrer de uma razoável exegese da norma, ainda que equivocada, dispensa-se o ressarcimento. Se resultante de erro crasso, forçosa a repetição do indébito. A eventual boa-fé ou caráter alimentar dos valores são balizas não consolidadas na jurisprudência do TCDF. Situação que a própria subscritora do expediente da SEAP reconhece ao citar o precedente da Corte aduzindo que constitui 'corrente incerta de entendimento' (§ 26 – fl. 672).*

*62. Na hipótese em tela, a multicitada decisão foi proferida no Processo nº 38097/2007, tratando de estudos desenvolvidos a respeito da investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos acumuláveis na forma da Constituição Federal. Então, se foram necessários estudos sobre o tema, deduz-se que havia dúvidas sobre a matéria, mas elas foram dirimidas com prolação da Decisão nº 2975/2008.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

63. A aplicabilidade do entendimento lavrado na Decisão nº 2975/2008 ao caso do servidor em tela foi tratada anteriormente na análise da Informação nº 158/2013 – CONPJ/SUGEP/SEAP (fls. 37/40 – anexo) enviada pela SEAP. Nessa peça é citada a sobredita decisão ao se defender a necessidade do afastamento dos dois cargos efetivos, à vista do múnus público de que é revestido o cargo político de Secretário de Estado, a impossibilitar o exercício concomitante das atribuições, o que constituiria a natureza de ‘não-acumulatividade’ das funções desse com as de professor na forma da Constituição Federal a autorizar a cumulação das remunerações do cargo efetivo com a representação do cargo político. Como exposto na análise de fl. 97, inexistia permissivo na Decisão nº 2975/2008 para tal situação, assim como na LC nº 840/2011. A não se aplicar essa deliberação da Casa, restaria a aplicação analógica com o art. 38, inciso I da CRFB (cargo eletivo/político), o que autorizaria apenas a percepção da remuneração da função política, sem os vencimentos dos cargos efetivos. Dessarte, a situação do servidor era irregular, o que foi reconhecido pela própria jurisdição, haja vista que ele deixou de receber os vencimentos de professor (fl. 46 – anexo).

64. A Decisão nº 2975/2008 foi revista pela Decisão nº 462/2014 para adequá-la à jurisprudência majoritária do TCU, do TJDF, do STJ e do STF e ao disposto na LC nº 840/2011. No entanto, no que pertence à situação do servidor em comento não houve inovação, mantido o entendimento supracitado, afastada a limitação de 60 (sessenta) horas semanais prevista na Decisão nº 1734/2000, item II.

65. A referida decisão, embora não se refira expressamente ao cargo de Secretário de Estado, entende-se ser plenamente aplicável à hipótese em exame, uma vez que eles se equiparam por terem remuneração própria, serem de livre nomeação e exoneração, poderem ser preenchidos por quaisquer indivíduos (servidores ou não), pautados no predomínio da confiança por parte da autoridade nomeante e destinados às funções de direção, chefia e assessoramento.

66. Ademais, muito embora o cargo de Secretário seja atualmente identificado pelo símbolo CNP (Cargo de Natureza Política), deve-se ressaltar que, por longo tempo, até a edição do Decreto nº 33.523, de 08.02.2012, era CNE (Cargo de Natureza Especial), recebendo o tratamento semelhante aos demais cargos/funções comissionados.

67. Ponto relevante não abordado pela SEAP é que, além da situação apontada, o servidor ainda recebe outra remuneração na qualidade de empregado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (fl. 759). Assim, a irregularidade era mais ampla, envolvia uma tripla acumulação para a qual inexistia previsão legal, o que, por si só, tem reflexos evidentes na análise da matéria.

(...)

69. Por tais razões, entende-se ser equivocada a manifestação da Secretaria de Administração Pública, devendo ser reiterada a determinação pelo ressarcimento ao erário. À vista da opção feita, esse procedimento caberia à Secretaria de Estado de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*Educação. Ademais, faltaram ainda as informações sobre os requisitos e atribuições do cargo de Técnico-A da Embrapa (alínea 'a' – fl. 97).” (Fls. 770/772).*

28. Ainda no tocante à diligência de responsabilidade da outrora SEAP, atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do DF – SEGAD, indicou que resta pendente de atendimento o encaminhamento de informações e documentos relativos às impropriedades concernentes aos servidores Elaine Freitas Alves dos Santos, matrícula nº 55180-5 e Wilson dos Santos Silva, matrícula nº 56419-2, que acumulam cargos ilicitamente, na forma detalhada na tabela III (fl. 96).

29. A **SES/DF**, por sua vez, para atendimento da r. Decisão nº 1.063/2014, encaminhou o Relatório Técnico Parcial nº 69/2014 – CONT/COR-SES-DF (fls. 687/693). Ademais, solicitou prorrogação de prazo para complemento do atendimento da determinação da e. **Corte de Contas**.

30. A esse respeito, pontuou a Área Técnica, a regularização dos apontamentos relacionados à SES/DF decorre, especialmente, de providências a serem adotadas por outros órgãos, mercê do exercício de outros cargos, empregos ou funções públicas, para os quais foram direcionadas as medidas saneadoras. Dessa forma, ponderou, “*s.m.j., não se vislumbra a necessidade de complementação das medidas da SES no que se refere ao Relatório de Auditoria nº 9/2013 e, via de consequência, desnecessária a prorrogação de prazo requerida.*” (Fl. 773).

31. Por derradeiro, a Divisão de Fiscalização de Pessoal, afirmou que **não recebeu as manifestações** sobre as impropriedades apuradas no **Departamento de Estradas de Rodagem do DF – DER**, na **Casa Civil da Governadoria**, nas **Secretarias de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUS**, de **Segurança Pública - SSP**, de **Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST**, de **Transparência e Controle – STC** e de **Ordem Pública e Social – SEOPS**, na **Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap**, na **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater**, nas **Administrações Regionais da Candangolândia e do Paranoá** e na **Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB**, razão pela qual, pugnou, cabe a elas adotar as medidas cabíveis para sanar as irregularidades apontadas.

32. Ao final, o Órgão Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário**:

*“I – tomar conhecimento da presente instrução, bem como dos documentos juntados aos autos às fls. 196/433, 438, 442/655, 659/675 e 726/759, considerando parcialmente cumprida a Decisão nº 1063/2014.*

*II - ter por resolvidas as acumulações de cargos, empregos e funções pública apuradas dos servidores Francisco de Assis Pires, mat. nº 32398-5, da SEF; Silvana Gonçalves dos Reis Moreira, mat. nº 1431189-5, da SEPLAN; Aldo Pacífico da Rocha Júnior, mat. nº 66975-X, José Aparecido Jorge, mat. nº 78424-9, e Luis Gustavo Viana Santos, mat. nº 250315-8, do DETRAN; Luzenir Campos da Silva, matr. nº*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

264097-X, e Valdenor Moreira de Lima, mat. nº 264015-5, do DFTRANS; dos militares Elmo Vinicius Mattioli Correa, mat. nº 192011-7 Jordano Pereira Araújo, mat. nº 121745-0, Luciano da Silva Alves, mat. nº 192146-3, do CBMDF; e da empregada Nilza Costa Silva, mat. nº 696-3, da CODEPLAN.

III - considerar regularizados os casos de recebimento em duplicidade de etapa alimentação/Auxílio-Alimentação ou de auxílio-creche/pré-escolar por parte de integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do DF arrolados no Anexo II da NA nº 47, observando que o ressarcimento do indevidamente recebido ainda se encontra em andamento.

IV - conhecer dos documentos de fls. 685/725, versando pedido de prorrogação de prazo da Secretaria de Estado de Saúde para cumprimento da Decisão nº 1063/2014, para reconhecer a perda de objeto, haja vista terem as medidas concernentes àquela Pasta sido efetivamente adotadas, observando que quanto à referida Secretaria ainda tramita o Processo nº 29590/2013.

V – determinar:

- a) à Polícia Militar do DF, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente justificativas e a documentação comprobatória em resposta aos questionamentos constantes na NA nº 034, bem como verifique a situação do servidor Adriano João de Araújo, que acumula o posto de Cabo na Polícia Militar do Distrito Federal com o cargo de Atendente de Reintegração Social na Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, adotando as providências cabíveis para fins de regularização das situações apontadas, informando sobre as medidas adotadas, atentando para os reflexos do determinado na auditoria de regularidade, versada no Processo nº 29867/2013, Decisão nº 1254/2014, em relação aos militares que recebem auxílio alimentação nos dois vínculos;
- b) à Secretaria de Estado de Fazenda que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe o resultados das apurações levadas a efeito no Processo nº 040.004282/2013 e as providências porventura adotadas;
- c) ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe:
  - c.1) se foi formalizado o ajuste com a Secretaria de Estado de Transparência e Controle para cruzamento de dados dos seus servidores com as bases de dados daquela pasta a fim de detectar eventuais acumulações de cargos, empregos e funções públicas; e
  - c.2) o apurado pela Comissão de Acúmulo de Cargos em relação às situações dos militares Alexandre Gonçalves de Almeida, mat. nº 8842-0, Amadeo Gonçalves da Silva, mat. nº 3892-X, Fábio Cruz de Souza, mat. nº 8600-2, Manoel Nunes dos Santos, mat. nº 6371-1, Noé Albuquerque Oliveira, mat. nº 7650-3, e Wendel do Nascimento Ferreira, mat. nº 5952-8;
- d) ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que acompanhe o andamento do Processo nº 2013.01.1.183814-0, do interesse de Guilherme Martins Rodrigues, até o seu desfecho, adotando as medidas necessárias ao cumprimento do decidido na via judicial, dando ciência ao Tribunal;
- e) à Fundação Hemocentro de Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, atualize no SIGRH as informações cadastrais do ex-servidor Luciano da Silva Alves, mat. nº 1401901-9, para fazer constar os dados da publicação no DODF de sua exoneração;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

- f) ao Departamento de Trânsito que, no prazo de 60 (sessenta) dias, registre no SIGRH os dados do desligamento do servidor Aldo Pacífico da Rocha júnior, mat. nº 66975-X;
- g) à Agência de Fiscalização do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias informe a situação atualizada dos Processos nº 490.000095/2013 e nº 361.001610/2014, bem como, quando do desfecho deles, em face as conclusões exaradas, informe ao Tribunal a respeito das providências saneadoras adotadas;
- h) à Secretaria de Estado de Educação que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apure, para fins de ressarcimento ao erário e observando o contraditório e a ampla defesa:
- h.1) os valores recebidos indevidamente pelo servidor Wilmar Lacerda, mat. nº 46674-3, tendo em conta: i) a triplice acumulação de cargos/funções; ii) a inobservância à Decisão nº 2975/2008, ajustada pela Decisão nº 462/2014; iii) e que, na hipótese de incidência do art. 38, inciso I, da CF/88, só seria possível a percepção da função política;
- h.2) os valores relativos ao Auxílio-Alimentação percebidos em duplicidade pelo ex-servidor Elmo Vinicius Mattioli Correa, mat. nº 222649-9, de março a outubro de 2013, (Processo nº 053.000015/2014 – CBMDF), e pela Professora Samille Ferreira Souto Mourão Bonfim, mat. nº 223467-X, de março a novembro de 2013, haja vista que eles recebem benefício de mesma natureza no Corpo de Bombeiros do DF, atuando, se necessário, conjuntamente com aquela Corporação Militar para efetivar a devolução de valores;
- i) à Secretaria de Estado de Administração Pública que, no prazo de 60 (sessenta) dias:
- i.1) encaminhe ao Tribunal o normativo que dispõe sobre os requisitos e atribuições do cargo Técnico-A da Embrapa, tendo em conta à acumulação de cargos do servidor Wilmar Lacerda (Professor e Técnico); e
- i.2) pronuncie-se sobre a regularização da situação dos servidores Elaine Freitas Alves dos Santos, mat. nº 55180-5 e Wilson dos Santos Silva, mat. nº 56419-2;
- j) à Secretaria de Estado de Saúde que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe sobre as providências adotadas em relação ao ressarcimento de valores recebidos a título de Auxílio-Alimentação em duplicidade pelos servidores Ana Carolina de Carvalho Fonseca, mat. nº 190157-5, Daniel de Carvalho Friedman, mat. nº 1441480-5, Daniele Cidade Castello Branco Rodrigues, mat. nº 159471-0, Danielle Oshiro Afonso de Almeida, mat. nº 1437002-6, Felipe Dias Maciel Diniz, mat. nº 154336-9, Francisco das Chagas Pontes Rodrigues, mat. nº 130139-X, Janine Silva Pires, mat. nº 161066-X, José Soares de Freitas, mat. nº 130555-7, Luiz Carlos Freitas da Conceição, mat. nº 127247-0, Marcelo de Sousa Melo, mat. nº 156482-X, Renata Oliveira Camara Brandão de Souza, mat. nº 171348-5, e Vinicius Leite Pimentel, mat. nº 190059-5, uma vez que eles optaram por permanecer recebendo benefício da mesma espécie no Corpo de Bombeiros Militar do DF onde são servidores militares, observando a situação dos Processos nos 053.000083/2013 (SES) e 053.00016/2014 (CBMDF), versando sobre o tema, atuando, se necessário, em conjunto com aquela Corporação Militar, e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

VI - determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, à Casa Civil da Governadoria, às Secretarias de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania -





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*SEJUS, de Segurança Pública - SSP, de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, de Transparência e Controle – STC e de Ordem Pública e Social - SEOPS, à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, às Administrações Regionais de Candangolândia e do Paranoá e à Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB; que, no prazo de 60 (sessenta) dias, à luz da ausência de manifestação em face da Decisão nº 1063/2014, regularizem as situações que respectivamente lhe cabem, dentre as elencadas na Tabela III (fls. 96/116), nos moldes estabelecidos pelo art. 48 da LC nº 840/2011, para a administração direta, autárquica e fundacional, ou usando procedimento similar, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, bem com que encaminhem a documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade da situação de cada servidor.*

*VII - alertar os titulares dos órgãos/entidades jurisdicionados para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/94, em caso de descumprimento do item anterior.*

*VIII - autorizar a remessa de cópia da presente instrução aos órgãos jurisdicionados para subsidiar a adoção de providências indicadas e o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Fls. 774/778).*

33. Em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 12/2015-GCAM (fl. 781), os autos foram encaminhados a este **Órgão Ministerial de Contas** para a devida manifestação.

34. Após este relato, passo à análise do feito, destacando, de início, que o **MPC/DF** possui entendimento **convergente** com o trazido pela Unidade Técnica.

35. Como dito alhures neste **Parecer**, o c. **TCDF**, tendo em vista os apontamentos lançados no Relatório de Auditoria nº 9/2013 (fls. 117/142), prolatou a r. Decisão nº 1.063/2014, **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento do Relatório de Auditoria nº 9/13 (fls. 117/143) e dos documentos juntados aos autos às fls. 1/116 e no Anexo; II - com fulcro no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1994, autorizar o envio do Relatório de Auditoria nº 09/13 aos gestores das jurisdicionadas constantes da Tabela III (fls. 96/116), bem como da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Educação do DF, da Secretaria de Estado de Saúde do DF, e aos Comandantes da PMDF e do CBMDF, **para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias**; III - autorizar a devolução dos autos à SEFIPE.” (fl. 172).*

36. Dessarte, mediante cotejo das **situações ainda não regularizadas** constantes da tabela III (fls. 96/116) e as explanações dos órgãos e entidades que atenderam à deliberação do e. **Tribunal**, incontestemente que restaram **pendentes de atendimento e manifestações** alguns apontamentos feitos pela Unidade Técnica na Auditoria de Regularidade que realizou.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

37. Nesse sentido, esta **Quarta Procuradoria**, novamente em harmonia com o Corpo Instrutivo, coaduna com o quanto foi sugerido na recente instrução para que sejam adotadas as providências indicadas no item V (fls. 774/777), acima transcrito.

38. Dessa forma, destaco, impõe-se à PMDF apresentar as justificativas e a documentação comprobatória em resposta às arguições feitas pela Área Técnica, especificamente no tocante à **cumulação ilícita de cargos**, dentre as quais a situação do servidor Adriano João de Araújo que acumula, de forma irregular, o posto de Cabo com o de Atendente de Reintegração Social na Secretaria de Criança, assim como da **percepção do auxílio alimentação em outro órgão público juntamente com a etapa-alimentação na Corporação**, na forma detalhada no item 10 deste Parecer.

39. Em outra senda, no tocante à acumulação ilícita de cargos de **Marco Vinicius Pereira Carvalho**, servidor efetivo da SEF/DF, que também exerce cargo em comissão na Prefeitura Municipal de Taió/SC, destaco, em que pese aquela Secretaria ter dado ciência ao servidor do Parecer nº 355/2013 – PROPES/PGDF, o qual concluiu pela **impossibilidade da acumulação** dos cargos em comento, pugnando para que o mesmo manifestasse a opção por um deles, sob pena de instauração de processo disciplinar para apuração e regularização imediata da situação, **nada fez**.

40. Nesse contexto, evidenciada a **ausência de implementação de medidas administrativas** destinadas à regularização da situação do servidor, de modo a adequá-la aos preceitos constitucionais e legais, a **instauração de processo disciplinar** para apurar a responsabilidade de quem deu causa à **continuidade dos pagamentos até o presente momento, é medida que se impõe**, nos termos dos artigos 187 e seguintes da LC nº 840/2011.

41. Quanto à situação do Sr. Wilmar Lacerda, que até **setembro de 2013** percebeu tripla remuneração decorrente da acumulação dos cargos efetivos de Técnico da Embrapa, de Professor da Secretaria de Estado de Educação do DF e de Secretário de Estado de Administração Pública desde 10/2/2011 (**tabela III**, fl. 97), coaduno com a análise feita pelo Corpo Técnico e, a despeito das razões de justificativas apresentadas pela então SEAP, trazidas a conhecimento pela SEE/DF, reitero, são necessárias a adoção de providências para o **ressarcimento ao Erário** dos valores recebidos **indevidamente** pelo servidor até a data da regularização em conformidade com o r. **Decisum** nº 2.975/2008.

42. Não é demais relembrar, **in casu**, há indubitavelmente, **erro de fato** com o não cumprimento de determinação desta c. **Corte de Contas**, e não erro de interpretação de lei ou má aplicação pela Administração, o que afasta peremptoriamente a desnecessidade de ressarcimento ao Erário, conforme entendimento do c. **STJ**.

*“ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DAS COTAS  
DETERMINADA POR DECISÃO JUDICIAL. RESTITUIÇÃO DOS VALORES*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

*INDEVIDAMENTE RECEBIDOS. BOA-FÉ DESCARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. É devida a restituição de benefício previdenciário indevidamente percebido por pensionista de servidor público, quando não se cogita do desconhecimento da ilegitimidade do pagamento, estando afastada a presunção de boa-fé. Precedente da Corte Especial: MS 13.818/DF, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.04.13.*

*2. Na espécie, deve-se restituir a quantia recebida a maior, desde o momento em que o caráter indevido da respectiva parcela fora reconhecido no bojo de processo judicial integrado pela ora impetrante, em decisão monocrática mantida pelo órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Nessa situação, está descaracterizada a hipótese de erro de interpretação ou má aplicação da lei por parte da autoridade administrativa, sendo o caso de erro de fato, o que justifica o ressarcimento.*

*4. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.”*

*(RMS 33.673/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 16/5/2013).*

43. Igualmente, são necessárias providências visando à recomposição do Erário pela **percepção em duplicidade do auxílio alimentação e do auxílio creche por integrantes do CMBDF** que acumulam cargo na SES/DF e na SEE/DF, conforme indicado no item V, letras **h** e **j**, alíneas transcritas. Isso porque, a teor do art. 112, II, da LC nº 840/2011 e do art. 7º, I, do Decreto nº 16.409/1995, **não se mostra possível tal acumulação**, o que expurga os requisitos *dúvida plausível e interpretação razoável da norma* exigidos pelo **c. Supremo Tribunal Federal** para obstar o ressarcimento ao Erário, nos termos do seguinte precedente:

*“MANDADO DE SEGURANÇA. MORTE DE UM DOS IMPETRANTES. IMPOSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS, FACULTADO O USO DAS VIAS ORDINÁRIAS. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. TOMADA DE CONTAS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. LEI N. 8.443/92. NORMA ESPECIAL EM RELAÇÃO À LEI N. 9.784/99. DECADÊNCIA, INOCORRÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA DECORRENTES DE ATRASO NO PAGAMENTO DE VENCIMENTOS. DEVOLUÇÃO DE VALORES QUE, RETIDOS NA FONTE INDEVIDAMENTE PELA UNIDADE PAGADORA, FORAM RESTITUÍDOS PELA MESMA NO MÊS SEGUINTE. DÚVIDA QUANTO À INTERPRETAÇÃO DOS PRECEITOS ATINENTES À MATÉRIA. SEGURANÇA CONCEDIDA.*

*(...)*

*3. A reposição, ao erário, dos valores percebidos pelos servidores torna-se desnecessária, nos termos do ato impugnado, quando concomitantes os seguintes requisitos: ‘i] presença de boa-fé do servidor; ii] ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; iii] existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; iv] interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração.’*

*(...)*  
*(MS 25.641/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Eros Grau, DJe de 21/2/2008).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Quarta Procuradoria**

44. As providências sugeridas no item V, letras **b** a **g** remetem à regularização de aspectos da vida funcional de servidores, em decorrência dos achados da auditoria de regularidade de que tratam estes autos e das providências adotadas pelas jurisdições ali relacionadas, as quais devem se adequar na forma indicada pelo Corpo Técnico.

45. Por fim, novamente em congruência com a Área Intrutiva, ante a ausência de manifestação em face da r. Decisão nº 1.063/2014, sugiro a reiteração das determinações ali contidas para que o DER, a Casa Civil da Governadoria, a SEJUS, a SSP, a SEDEST, a STC, a SEOPS, a Novacap, a Emater, as Administrações Regionais de Candangolândia e do Paranoá e a SAB regularizem as situações que respectivamente lhe cabem, dentre as elencadas na tabela III (fls. 96/116), nos moldes estabelecidos pelo art. 48 da LC nº 840/2011, para a administração direta, autárquica e fundacional, ou usando procedimento similar, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como que encaminhem a documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade da situação de cada servidor, com o alerta do art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994.

46. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas acompanha** das sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal, com as considerações acima destacadas.

É o Parecer.

Brasília, 6 de fevereiro de 2015.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador